

## Reino (Des)Unido: disparidades no resultado do referendo Brexit (2013 – 2018)

### (Un)ited Kingdom: disparities in the result of the Brexit's referendum (2013 – 2018)

**Isadora Garcia Mallmann<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Pelotas

Email: [isadorabeatle@hotmail.com](mailto:isadorabeatle@hotmail.com)

**Resumo:** O propósito desta pesquisa é descrever o processo do referendo que levou o Reino Unido a dar início à saída da União Europeia, apelidado de Brexit, por meio de uma análise descritiva dos dados qualitativos coletados do resultado do referendo, explicando sua origem, seu funcionamento e seu prosseguimento através de uma linha cronológica, no período de 2013 até 2018. Para a elaboração deste artigo utilizou-se uma análise documental de fontes primárias, como documentos e acontecimentos na política do Reino Unido e da União Europeia, concluindo como possíveis causas dos diferentes resultados do Brexit nas diferentes regiões do Reino Unido a questão fronteiriça entre a Irlanda e a Irlanda do Norte e o plebiscito feito pela Escócia pela independência da mesma.

**Palavras-chave:** Referendo Brexit; Negociações Brexit; Reino Unido; Relações Internacionais.

**Abstract:** The purpose of this research is to describe the process of the referendum that led to the UK to initiate the process of leaving the European Union, nicknamed Brexit, through a descriptive analysis of qualitative data collected from the outcome of the referendum, explaining its origin, its operation and its continuation through a chronological line, since 2013 to 2018. For the elaboration of this paper, a documentary analysis of primary sources, such as documents and events in UK and European Union politics, was used, concluding as possible causes of the different Brexit results in different regions of the United Kingdom the border issue between Ireland and Northern Ireland and the plebiscite made by Scotland for its independence.

**Keywords:** Referendum Brexit; Brexit Negotiations; United Kingdom; International Relations.

---

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas

## **1. Introdução**

Este artigo tem a intenção de explicar o processo do Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), explicando sua origem, seu funcionamento e seus desdobramentos através de uma linha cronológica. Os objetivos desta pesquisa consistem em descrever os acontecimentos políticos do Reino Unido anteriores ao referendo, detalhar o referendo em si e pormenorizar as negociações posteriores entre o governo britânico e a União Europeia quanto à saída do país do bloco econômico.

O estudo foi feito por meio de uma análise descritiva dos dados qualitativos coletados do resultado do referendo, apresentando duas possíveis causas do resultado retratado: a questão fronteiriça entre a Irlanda do Norte e a Irlanda e o plebiscito feito pela Escócia pela independência da mesma.

O plebiscito escocês executado em 2014 foi coordenado pelo Partido Nacional Escocês, que já possuía uma campanha pela independência da Escócia e tinha a maioria dos assentos no parlamento do país. A pergunta era: “A Escócia deveria ser um país independente?” e os eleitores puderam escolher entre sim ou não. A maioria da população votou não, mas 44,7% dos escoceses queriam a independência (Reino Unido, 2018).

Já a questão da fronteira entre a República da Irlanda e Irlanda do Norte se refere ao fato da mesma ser aberta porque os dois países – até a conclusão da saída do Reino Unido em 2019 – fazem parte da União Europeia (Mquillan, 2018), visto que o bloco econômico é um mercado comum, ou seja, possui um avançado nível de integração política entre os países membros, permitindo assim que se tenha uma livre circulação entre produtos, pessoas, bens, capital e trabalho. Isto corrobora na paz da região, a qual viveu em conflito de 1960 até 1998. O Acordo de Belfast (Irlanda, 2018) pôs fim nos confrontos entre os protestantes – que queriam permanecer no Reino Unido – e os católicos – que desejavam a independência da Irlanda do Norte ou a união com a República da Irlanda.

O método utilizado nesta pesquisa foi análise documental, a partir de uma análise de fontes primárias, como documentos e acontecimentos na política do Reino Unido e da União Europeia. A coleta de dados ocorreu por meio de agências de notícias locais, como *BBC*, *The Guardian* e *The Telegraph* e de sites do governo britânico e da União Europeia.

## **2. Brexit**

### **2.1. 2013 – 2016: preparação para o referendo**

Em 1975, dois anos após a entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia (CEE), fez-se uma consulta popular sobre a permanência no bloco, promessa eleitoral do Partido Trabalhista. A opção vitoriosa foi a continuidade do país na CEE, com 67% a favor (Rodrigues e Costa, 2016).

O debate em torno da saída ou permanência do Reino Unido da União Europeia foi reacendido em 2013 com o discurso de David Cameron, do Partido Conservador, no qual afirmou ser a favor de um referendo para decidir o futuro do país no bloco econômico:

[...] No Reino Unido, já lançamos a nossa análise do equilíbrio de competências - para nos fornecer uma análise informada e objetiva sobre onde a UE ajuda e onde atrapalha. Não nos deixemos enganar pela falácia de que um mercado único, profundo e funcional exige que tudo seja harmonizado para que se deseje um campo de jogo inatingível e infinitamente equilibrado. [...] Por isso, é vital para nós protegermos a integridade e a imparcialidade do mercado único para todos os seus membros. E é por isso que o Reino Unido tem estado tão preocupado em promover e defender o mercado único, uma vez que a crise da zona do euro reescreve as regras de coordenação fiscal e união bancária. [...] Já foram prometidos referendos - mas não entregues. [...] E os britânicos olham para os passos que a zona do euro está tomando e se perguntam o que uma integração mais profunda para a zona do euro significará para um país que não vai se juntar ao euro. O resultado é que o consentimento democrático da UE no Reino Unido é agora muito pequeno. Algumas pessoas dizem que apontar isso é irresponsável, cria incerteza para os negócios e coloca um ponto de interrogação sobre o lugar do Reino Unido na União Europeia. Mas o ponto de interrogação já está lá e ignorá-lo não o fará desaparecer. Na verdade, é bem o contrário. Aqueles que se recusarem a pensar em consultar o povo britânico, a meu ver, estariam mais propensos a nossa eventual saída. Simplesmente pedir ao povo britânico para continuar aceitando um acordo europeu sobre o qual eles tiveram pouca escolha é um caminho para assegurar que quando a questão for finalmente colocada - e em algum momento ela terá que ser - é muito mais provável que os britânicos rejeitem a UE. É por isso que sou a favor de um referendo. Eu acredito em confrontar essa questão - moldando-a, liderando o debate, não simplesmente esperando que a situação vá embora. Alguns argumentam que a solução é, portanto, realizar um referendo direto e indireto agora. Eu entendo a impaciência de querer fazer essa escolha imediatamente. Mas eu não acredito que tomar uma decisão neste momento é o voto de hoje, seja para o Reino Unido ou para a Europa como um todo. A votação de hoje entre o *status quo* e a saída seria uma

escolha totalmente falsa. Agora - enquanto a UE está em fluxo, e quando não sabemos no futuro que tipo de UE vai emergir desta crise - não é o momento certo para tomar uma decisão tão importante sobre o futuro do nosso país. [...].  
(Reino Unido, 2013, tradução da autora)

Ainda nesse discurso, Cameron argumentou que os principais motivos da adesão do Reino Unido à UE são a participação do país no bloco e a capacidade de poder definir suas regras.

Cameron ainda listou várias razões para a desilusão pública do Reino Unido com a União Europeia: que a UE está indo para um caminho em que os britânicos não concordam, ou seja, britânicos “sentem que a União Europeia está atingindo um nível de integração política que está muito além da zona de conforto do Reino Unido” (Reino Unido, 2013, tradução da autora); veem uma perda de soberania ao adotar regras e regulamentos e veem um desequilíbrio entre os Estados-membros e a União Europeia.

Cameron também se comprometeu em realizar um referendo até o final de 2017, caso o Partido Conservador vencesse as eleições gerais seguintes com maioria parlamentar.

Em 2015, ano eleitoral no Reino Unido, os *tories* – assim chamados os conservadores – conseguiram a maioria absoluta no parlamento britânico. Na Escócia, o Partido Nacionalista Escocês, que defendia a secessão escocesa no referendo sobre a independência do mesmo – ocorrido em setembro do ano anterior e tendo como resultado uma maioria a favor da permanência no Reino Unido –, ganhou 56 dos 59 assentos parlamentares escoceses (Guimón, 2015). Na Irlanda do Norte, o Partido Unionista Democrático, o qual mais tarde daria apoio à Theresa May, ficou com 8 cadeiras; e no País de Gales, o Partido Trabalhador adquiriu 25 assentos e o Conservador, 11<sup>2</sup> (BBC, 2015).

Com a maioria dos lugares ocupados pelos *tories* e com a promessa eleitoral de David Cameron, o parlamento britânico aprovou em dezembro do mesmo ano a *European Union Referendum Act 2015*, que não só autorizou a execução do referendo em si – que não poderia ser realizado depois de 31 de dezembro de 2017 –, como também definiu os locais, a pergunta, o formato e o quadro de funcionamento (Reino Unido, 2015). Em 20 de fevereiro de 2016, David Cameron anunciou a data do referendo: 23 de junho daquele ano (Manson et al, 2016).

---

<sup>2</sup> Existem outros partidos que participam da política britânica, mas não possuem relevância para este estudo por formarem uma minoria e não terem influência política suficiente.

Haviam sido cunhados dois termos para o referendo: “Brexit”, uma alusão ao Grexit<sup>3</sup> – possível saída da Grécia da zona do euro –, que possui o significado da união das palavras em inglês *Britain* e *exit* (saída) (Hunt e Wheeler, 2018) e “Bremain”, ligamento das palavras *Britain* e *remain* (permanência) (BROWN, 2018), que não fez tanto sucesso nas mídias quanto o primeiro termo.

Os defensores do Brexit eram em sua maioria do Partido de Independência do Reino Unido, partido político britânico eurocético<sup>4</sup> e de direita, além de metade dos conservadores. Alguns deputados trabalhistas e do Partido Unionista Democrático da Irlanda do Norte também foram a favor da saída do Reino Unido da União Europeia (Hunt e Wheeler, 2018).

Seus principais argumentos eram de que a União Europeia controlava o Reino Unido – e por isso, segundo eles, estabelecia muitas regras aos negócios, além de cobrar bilhões de libras por ano pela filiação e o país não ter retorno suficiente –, de que o Reino Unido pudesse ter suas próprias leis, ao invés de tê-las compartilhadas com outras nações da UE e de que o país fosse capaz de controlar suas fronteiras, tendo mais domínio na questão da imigração (Hunt e Wheeler 2018).

Já a campanha pelo Bremain foi liderada pelo então primeiro-ministro David Cameron, com o apoio de dezesseis membros de seu gabinete, inclusive de Theresa May, que o substituiria após sua renúncia. O Partido Trabalhista, o Partido Nacional Escocês e o Partido Unionista Democrático eram a favor de permanecer na União Europeia. O Partido Conservador, por estar dividido sobre a questão, permaneceu oficialmente neutro em sua posição (Hunt e Wheeler, 2018).

Os favoráveis à permanência do Reino Unido na União Europeia argumentavam que as exportações para outros países da UE se tornariam mais difíceis uma vez que o Estado saísse do bloco e que o fluxo de imigrantes incentivava o crescimento econômico. Também alertavam que a saída do país da União Europeia prejudicaria o *status quo* do mesmo no sistema internacional, já que o país se tornava mais forte integrado com seus vizinhos (Hunt e Wheeler, 2018).

Barack Obama (2009 – 2017), então presidente dos EUA, também era favorável ao Bremain – ao contrário de Donald Trump (2017 – atualmente), que defendia o Brexit –

---

<sup>3</sup> Termo cunhado por Willem Buiters, economista-chefe do Citigroup.

<sup>4</sup> Atitude ou sentimento de desconfiança relativo à União Europeia.

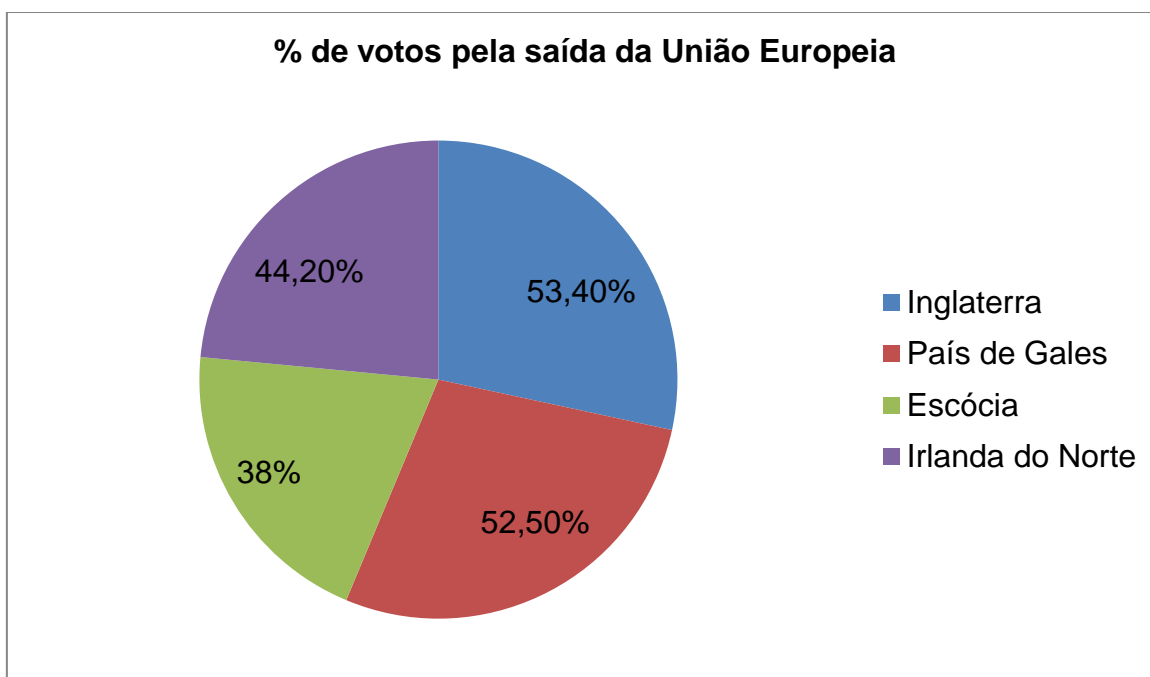
assim como os líderes de outros países da UE, como França e Alemanha (Hunt e Wheeler, 2018).

## 2.2. 2016: O referendo

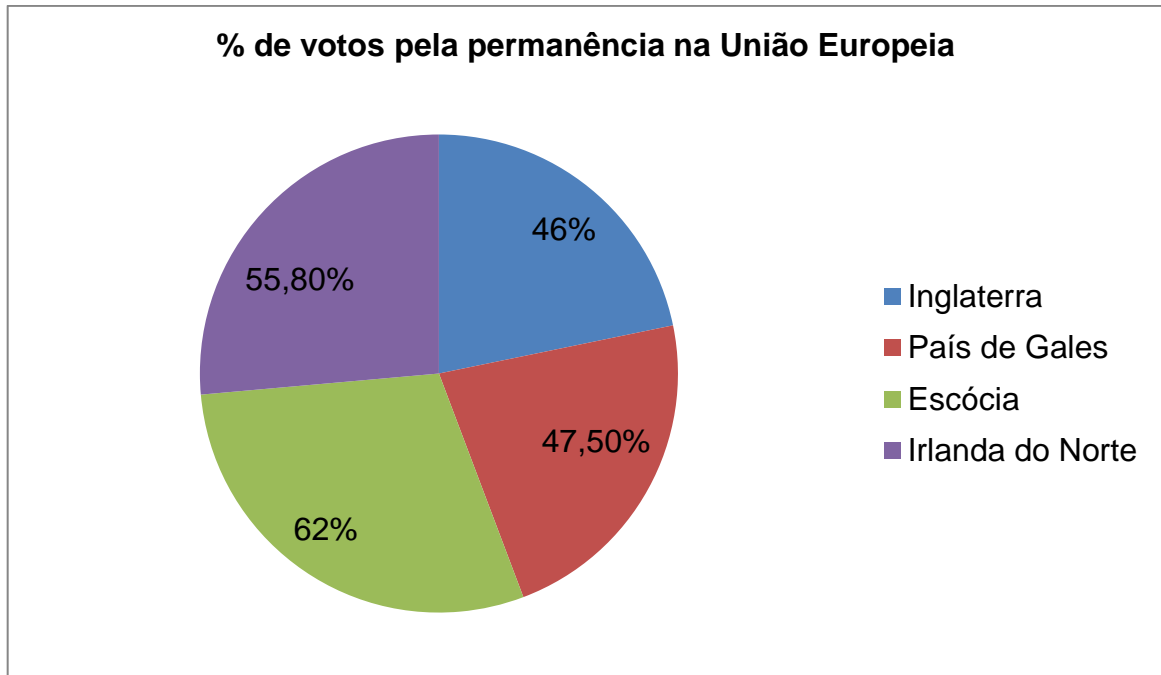
O referendo do Brexit ocorreu em 23 de junho de 2016, a fim de decidir a saída ou a permanência do Reino Unido na União Europeia. O total de comparecimento foi de 72%, com mais de 30 milhões de participantes (Hunt e Wheeler, 2018).

Inicialmente, a pergunta que o governo britânico desejava fazer era se os eleitores queriam continuar na UE, mas esta formulação poderia conduzir respostas pró-UE, segundo autoridades eleitorais. A questão do referendo foi então reformulada, tornando-se “Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?”, com as duas únicas respostas possíveis sendo “permanecer” e “sair” (Green, 2016).

O resultado do referendo foi 51,9% a favor da saída contra 48,1% pela permanência. Inglaterra (53,4% contra 46%) e País de Gales (52,5% contra 47,5%) votaram a favor do Brexit, já Escócia (62% contra 38%) e Irlanda do Norte (55,8% contra 44,2%) votaram pelo Bremain (BBC, 2016).



Fonte: (BBC, 2016)



Fonte: (BBC, 2016)

Estes dados mostram um Reino muito mais desunido do que Unido. As possíveis causas dessa disparidade dentro do Reino Unido podem ter sido o plebiscito feito na Escócia em 2014 (Reino Unido, 2018) e a questão da fronteira entre República da Irlanda e Irlanda do Norte (Mquillan, 2018).

O plebiscito executado em 2014 pôde ser realizado por um acordo feito pelos primeiros-ministros do Reino Unido e da Escócia e suas respectivas equipes, chamado de Acordo de Edimburgo<sup>5</sup>, por meio do qual poderes foram transferidos para que o parlamento escocês pudesse legislar o plebiscito (Reino Unido, 2012).

O plebiscito foi coordenado pelo Partido Nacional Escocês que já possuía uma campanha pela independência da Escócia e tinha a maioria dos assentos no parlamento escocês. Sua pergunta era: “A Escócia deveria ser um país independente?” e os eleitores puderam escolher entre sim ou não. A maioria da população votou não, mas 44,7% dos escoceses queriam a independência (Reino Unido, 2018).

A questão da fronteira entre a República da Irlanda e Irlanda do Norte se refere ao fato da mesma ser aberta porque os dois países – até a conclusão da saída do Reino Unido em 2019 – fazem parte da União Europeia (Mquillan, 2018). Isto corrobora na paz da região, a qual viveu em conflito de 1960 até 1998. O Acordo de Belfast (Irlanda, 2018) pôs

<sup>5</sup> Acordo entre os governos do Reino Unido e da Escócia em um referendo para a independência da Escócia

fim nos conflitos entre os protestantes – que queriam permanecer no Reino Unido – e os católicos – que desejavam a independência da Irlanda do Norte ou a união com a República da Irlanda.

A realidade da fronteira aberta fez com que muitas cidades fossem criadas entre os dois países e, por isso, sua identificação se torna difícil. O trânsito na fronteira é intenso, várias pessoas que vivem na Irlanda do Norte vão para a República da Irlanda – e vice-versa – diariamente (Beard, 2018).

Por conta disto, o governo do Reino Unido, depois da decisão de sair da União Europeia, se comprometeu a evitar uma fronteira rígida com a República da Irlanda, mas não ofereceu propostas formais para isto. Dada esta indefinição, a União Europeia persistiu em uma cláusula para salvaguardar o *status quo* da Irlanda do Norte, que – caso o Reino Unido não forneça nenhuma solução – continuará sendo membro do mercado único. Por sua vez, o governo britânico adicionou uma disposição que não autoriza a criação de novas barreiras regulatórias entre a Irlanda do Norte e o resto do Reino Unido (Mquillan, 2018).

A Irlanda do Norte permanecer na União Europeia sem uma fronteira rígida entre a própria e o resto do Reino Unido e a impossibilidade de criar um controle maior na fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte são questões acerca das quais o Reino Unido e a União Europeia deverão chegar a um consenso antes da saída definitiva do país da UE.

### **2.3. 2016 – 2018: Pós-referendo**

David Cameron, derrotado em sua campanha pela permanência do Reino Unido na União Europeia, anuncia em 24 de junho de 2016 – um dia após o resultado do referendo – sua renúncia ao cargo de primeiro-ministro britânico. Em seu discurso, Cameron afirmava que continuaria no governo até outubro daquele ano:

[...] A vontade do povo britânico é uma instrução que deve ser entregue. Em todo o mundo, as pessoas têm assistido a escolha que o Reino Unido fez [...] Combati essa campanha da única maneira que sei - que é dizer direta e apaixonadamente o que penso e sinto. [...] Eu estava absolutamente claro sobre a minha crença de que o Reino Unido é mais forte, mais seguro e melhor dentro da União Europeia. E deixei claro que o referendo era sobre isso e sobre isso sozinho, não o futuro



de qualquer político isolado, inclusive eu. Mas o povo britânico tomou uma decisão muito clara de seguir um caminho diferente e, como tal, acho que o país precisa de uma nova liderança para levá-lo nessa direção. Farei tudo o que puder como primeiro-ministro para estabilizar o navio nas próximas semanas e meses, mas não acho que seria correto tentar ser o capitão que conduz nosso país ao próximo destino. Esta não é uma decisão que tomei de ânimo leve. Mas eu acredito que é do interesse nacional ter um período de estabilidade, e então a nova liderança é necessária. [...] Uma negociação com a União Europeia terá de começar sob um novo primeiro-ministro, e acho que é certo que este novo primeiro-ministro tome a decisão sobre quando desencadear o artigo 50 e iniciar o processo formal e legal de deixar a UE. [...] O povo britânico fez uma escolha. Isso não só precisa ser respeitado, mas aqueles que estão do lado perdedor do argumento - inclusive eu - devem ajudar a fazê-lo funcionar. O Reino Unido é um país especial. Nós temos muitas vantagens. Uma democracia parlamentar onde resolvemos grandes questões sobre o nosso futuro através de um debate pacífico. Uma grande nação comercial, com nossa ciência e artes, nossa engenharia e nossa criatividade, a qual é respeitada em todo o mundo. E embora não sejamos perfeitos, acredito que podemos ser um modelo de uma democracia multirracial e multifacetada, na qual as pessoas podem vir e contribuir e ascender ao máximo que seu talento permite. Embora deixar a Europa não fosse o caminho que recomendei, sou o primeiro a elogiar nossas incríveis forças. Eu já disse antes que o Reino Unido pode sobreviver fora da União Europeia e, na verdade, poderíamos encontrar um caminho. Agora, a decisão foi tomada para sair, precisamos encontrar o melhor caminho. E farei tudo que puder para ajudar. Eu amo este país, e me sinto honrado por tê-lo servido, e farei tudo que puder no futuro para ajudar este grande país a ter sucesso. Muito obrigado. (Reino Unido, 2016, tradução da autora)

Neste discurso, Cameron ressalta que “não deve haver dúvidas sobre o resultado [do referendo]” (Reino Unido, 2016, tradução da autora), pois não foi uma decisão fácil, argumenta que o mercado financeiro não deve se preocupar com o resultado, porque a economia do Reino Unido é forte e também expressa que não haverá mudanças imediatas na situação dos britânicos que moram na Europa e europeus que moram no Reino Unido.

Cameron exprime que os britânicos devem se preparar para uma negociação com a União Europeia e que isso “precisará envolver o engajamento total dos governos escocês, do País de Gales e da Irlanda do Norte para garantir que os interesses de todas as partes do Reino Unido sejam protegidos” (Reino Unido, 2016, tradução da autora).

Por fim, argumenta não haver necessidade de um calendário preciso, mas que o Partido Conservador deveria encontrar o novo primeiro-ministro antes da convenção do partido em outubro, a fim de proporcionar estabilidade, além de que ficaria no cargo de primeiro-ministro por três meses.

Mas já no mês seguinte, em julho, Theresa May assume o lugar de Cameron, sendo a segunda mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra desde Margaret Thatcher (1979 – 1990). May afirma em seu discurso de posse que, apesar de ter sido favorável ao Brexain, “Brexit significa Brexit. A campanha foi travada, a votação foi realizada, a participação foi alta e o público deu o seu veredito. Não deve haver tentativa para permanecer dentro da UE, nem tentativas de reintegrá-la pela porta dos fundos ou um segundo plebiscito” (May apud Cazarré, 2016).

Desta forma, em março de 2017, por meio de uma carta endereçada a Bruxelas de Theresa May para o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, o Reino Unido deu oficialmente início à sua saída da União Europeia, invocando o artigo 50 do Tratado de Lisboa (Asthana, Stewart e Walker, 2017).

O artigo 50 do Tratado de Lisboa (2007) é composto por cinco parágrafos que autorizam a saída de qualquer Estado membro da UE e especificam o processo para fazê-lo. Concede ao país dois anos para negociar um acordo de saída e, uma vez iniciado, não pode ser interrompido, exceto por unanimidade de todos os Estados-membros.

Em oito de junho do mesmo ano, são realizadas, no Reino Unido, eleições antecipadas após requisição de Theresa May, com o intuito de formar um governo mais forte para as negociações do Brexit. O Partido Conservador, da primeira-ministra, obteve 318 de um total de 650 assentos, perdendo a maioria absoluta, devido ao Partido Trabalhador – que faz oposição aos *tories* – ter garantido 262 assentos no parlamento britânico, 32 a mais do que na eleição de 2015 (The Guardian, 2017). Com isto, a solução de May para continuar sendo primeira-ministra foi formar um governo de minoria com o apoio dos unionistas da Irlanda do Norte (Hubbard, Cumming e Jamieson, 2017).

Com um Reino Unido enfraquecido, as negociações formais entre o Reino Unido e a União Europeia começaram dias após o resultado das eleições, em 19 de junho, com uma reunião entre o secretário britânico para o Brexit, David Davis, e o negociador-chefe da Comissão Europeia, o francês Michel Barnier, em Bruxelas (Meireles, 2017).

O resultado deste encontro foi um documento produzido por ambas as partes para guiar as negociações ao abrigo do artigo 50 do Tratado de Lisboa, no qual foi estabelecido como funcionaria a estrutura das negociações – através de rodadas, elencadas inicialmente pelos tópicos sobre direitos dos cidadãos, liquidação financeira, a questão fronteiriça entre Irlanda e Irlanda do Norte e outros assuntos referentes à separação –, quais eram as prováveis próximas datas das negociações e quais eram as línguas oficiais que as partes usariam – inglês e francês (União Europeia, 2017).

A segunda rodada de negociações ocorreu no mês seguinte, em julho, durando quatro dias, com o propósito de conhecer as posições do Reino Unido e da União Europeia acerca dos tópicos definidos anteriormente. Ao final da rodada foi divulgada uma nota que continha as posições dos dois lados sobre a questão dos direitos dos cidadãos (União Europeia, 2018a).

A terceira rodada de negociações aconteceu em agosto e deu continuidade aos trabalhos sobre as principais questões abordadas anteriormente. Quanto aos direitos dos cidadãos, ambas as partes continuaram debatendo sobre suas respectivas posições, sobretudo no que concerne aos temas ainda não discutidos nas rodadas passadas. Posteriormente, também foi divulgada uma nota com as atualizações das posições sobre os direitos dos cidadãos (União Europeia, 2018a).

Ainda nesta rodada, as discussões iniciadas nas rodadas anteriores em torno do acordo financeiro continuaram e foram realizados debates sobre os pontos referentes à Irlanda e à governação geral do acordo de saída. Também se discutiram outras questões relativas à separação, como a Euratom, bens colocados no mercado, procedimentos da União em curso e cooperação judiciária em matéria civil e penal (União Europeia, 2018a).

Em setembro de 2017, houve a quarta rodada de negociações. Embora alguns temas tenham sido esclarecidos e acordados, fazendo com que as negociações progredissem, ainda subsistiam divergências de opiniões sobre questões importantes (União Europeia, 2018a).

Na quinta rodada, em outubro, também não houve grandes progressos. Quanto aos direitos dos cidadãos, Reino Unido e União Europeia afirmaram dois objetivos em comum: o acordo de saída teria efeitos imediatos e a interpretação desses direitos deveria ser coerente tanto na União Europeia quanto no Reino Unido, entretanto o bloco econômico

ainda analisaria uma proposta britânica de criar um novo procedimento administrativo sobre este conteúdo.

Em relação à questão irlandesa, houve avanços quanto à manutenção da Zona de Deslocação Comum e ambas as partes entraram em acordo com princípios propostos pela União Europeia a fim de proteger o Acordo de Belfast, mas ainda precisavam de soluções para os desafios da cooperação norte-sul. (União Europeia, 2018a).

Somente após a sexta rodada, ocorrida em novembro de 2017, é que houve progressos suficientes para o avanço à segunda fase das negociações. Na sétima rodada, em fevereiro de 2018, Reino Unido e União Europeia finalmente puderam dar um passo à frente e discutir sobre o período de transição, sobre soluções para evitar uma fronteira rígida entre as Irlandas e sobre a governança do acordo de saída (União Europeia, 2018a).

Em 28 de fevereiro foi publicado o projeto de acordo de saída entre a União Europeia e o Reino Unido pela Comissão Europeia. O projeto é uma tradução jurídica do relatório conjunto – acerca da primeira fase da negociação – de Michel Barnier e David Davis e suas respectivas equipes, de dezembro de 2017. Possui seis partes, compreendidas em disposições introdutórias, transitórias, financeiras e institucionais; direitos dos cidadãos; outras questões relativas à separação, como a dos bens colocados no mercado antes da data de saída; e um protocolo em relação à Irlanda e a Irlanda do Norte (União Europeia, 2018b).

Em 19 de junho, a Comissão Europeia e o Reino Unido emitiram, em conjunto, uma declaração sobre os avanços obtidos acerca dos termos do acordo de saída. Na declaração, Michel Barnier afirma que:

Avançamos em algumas questões da separação, as quais as empresas europeias precisam de certeza, como as alfândegas, o IVA, a Euratom e os certificados de mercadorias. O envolvimento do Reino Unido em questões remanescentes, como a proteção de dados pessoais e indicações geográficas, também é bem-vindo. No entanto, subsistem divergências sérias relativas à Irlanda e Irlanda do Norte. Gostaria de afirmar que o Acordo de Retirada deve conter uma solução de apoio totalmente operacional para a Irlanda e a Irlanda do Norte. (União Europeia, 2018c, tradução da autora)

Em meio à crise de representatividade – dada a partir de quando David Cameron renuncia ao cargo de primeiro-ministro e Theresa May, mesmo sendo favorável ao

Bremain, assume seu lugar, perdendo a maioria no parlamento britânico pelas eleições antecipadas – o gabinete da primeira-ministra chegou a um acordo com uma proposta sobre o futuro relacionamento do Reino Unido com a UE após o Brexit em 6 de julho de 2018.

Os principais pontos do documento divulgado pelo gabinete são: 1) o Reino Unido irá manter um conjunto comum de regras para todos os bens com a UE após o Brexit; 2) o Reino Unido se comprometerá, através de um tratado, a continuar a harmonização com as regras da UE – evitando assim atritos na fronteira da Irlanda do Norte e República da Irlanda; 3) o parlamento britânico fiscalizará a política comercial do Reino Unido e poderá divergir das regras da UE, reconhecendo que isso gerará consequências; 4) acordos diferentes serão feitos para serviços em que há um interesse britânico em ter flexibilidade regulatória; 5) um quadro institucional conjunto será definido para analisar os acordos entre o Reino Unido e a UE; 6) o Tribunal de Justiça Europeu (TJCE) ainda receberá casos britânicos, mas não resolverá disputas entre os dois lados; 7) as fronteiras entre o Reino Unido e a UE serão tratadas como um "território aduaneiro combinado", com o Reino Unido empregando tarifas domésticas e políticas comerciais para bens com destino ao país, mas aplicando tarifas da UE e seus equivalentes por bens que fossem para o bloco econômico – segundo o governo britânico, isto preveniria uma fronteira irlandesa rígida e eliminaria este problema antes da saída da União Europeia; 8) a livre circulação de pessoas irá acabar, dando ao Reino Unido o controle sobre quantas pessoas entram no país; 9) e será criado um quadro de mobilidade para permitir que cidadãos do Reino Unido e da UE viajem para ambos os territórios e possam se candidatar a estudos e trabalho. (Reino Unido, 2018)

Apesar das renúncias, três dias após o anúncio da proposta, do secretário para o Brexit, David Davis, do secretário de Estado do Reino Unido para assuntos externos, Boris Johnson e de deputados conservadores – por não concordarem com a proposta feita pelo gabinete de Theresa May –, o chamado Plano de Chequers foi publicado pelo governo britânico no dia 12 de julho (Reuters, 2018).

### **3. Considerações finais**

Os britânicos decidiram sair da União Europeia em um referendo cujo resultado apresentou diferenças nas quatro regiões do Reino Unido. Enquanto Escócia e Irlanda do

Norte votaram a favor da permanência no bloco econômico, País de Gales e Inglaterra votaram a favor da saída do Reino Unido da União Europeia.

Os argumentos principais favoráveis à saída da UE eram de que a mesma controlava o Reino Unido, de que o Reino Unido precisava ter autonomia para legislar suas próprias leis, ao invés de tê-las compartilhadas com outras nações da UE e de que o país fosse capaz de controlar suas fronteiras, tendo mais domínio na questão da imigração.

A contra argumentação daqueles contrários à saída consistia na concepção de que as exportações para outros países da UE se tornariam mais difíceis uma vez que o Estado saísse do bloco e que o fluxo de imigrantes incentivava o crescimento econômico. Também alertavam que a saída do país da União Europeia prejudicaria o *status quo* do mesmo no sistema internacional, já que o país se tornava mais forte integrado com seus vizinhos.

Apesar desta decisão dos britânicos, as negociações em torno de um acordo para a saída do Reino Unido do bloco econômico não tiveram um avanço significativo e a crise de representatividade observada no governo de Theresa May, posteriormente às eleições de 2017, com David Davis, Boris Johnson e deputados conservadores renunciando seus cargos após o anúncio de uma proposta de acordo feita pelo gabinete da primeira-ministra, demonstra a complexidade do resultado do referendo que ocasionou o Brexit.

Além destes problemas que o Reino Unido tem enfrentado, os 44,7% de escoceses favoráveis à independência da Escócia, analisado junto com a taxa de escoceses que votaram a favor da permanência no bloco econômico europeu (62%), pode sugerir uma retomada mais forte pela independência da Escócia, uma vez que um número significativo de escoceses optou por sua saída do Reino Unido e a permanência na União Europeia. Também, a volta de uma fronteira dura, ou fechada, entre os dois países pode fazer com que os embates entre os dois grupos religiosos, católicos e protestantes, retornem na região.

O Reino Unido só sairá definitivamente da União Europeia em 29 de março de 2019, mas terá que passar por um período de transição até 2020. Ainda há grandes divergências sobre diversas questões do divórcio entre as partes e, para não comprometer o *status quo* do Reino Unido, um acordo precisa ser fechado até a data de saída.

Caso não haja acordo, o país poderá sofrer com escassez de remédios, alimentos e de combustível, visto que teria que ser criado um controle nos portos britânicos de um dia para o outro, em virtude de atualmente isto não existir pelo fato das fronteiras serem abertas, conforme já explicado anteriormente. Este cenário poderia demorar a se estabilizar

e levar a uma inflação dos preços na ilha britânica, na medida em que teria mais demanda do que oferta. Na hipótese do Reino Unido sair sem acordo da União Europeia, a economia do país (e quiçá do resto do mundo – pelas economias atuais serem interdependentes –) poderia sair prejudicada.

### Referências

ASTHANA, Anushka; STEWART, Heather; WALKER, Peter. 2017. “May triggers article 50 with warning of consequence for UK”. The Guardian ago. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/mar/29/theresa-may-triggers-article-50-with-warning-of-consequences-for-uk>>. Acesso em 10 jul. 2018.

BBC. 2015. “Election 2015: Results”. BBC, mai. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/election/2015/results>>. Acesso em 10 jul. 2018.

BBC. 2016. “EU Referendum results”. BBC, jun. Disponível em: <[https://www.bbc.com/news/politics/eu\\_referendum/results](https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results)>. Acesso em 10 jul. 2018.

BEARD, Stephen. 2018. “Brexit creates problem on Northern Irish border”. Marketplace, jun. Disponível em: <<https://www.marketplace.org/2018/06/26/world/brexit-creates-problem-northern-irish-border>>. Acesso em 10 jul. 2018.

BROWN, David. 2018. “Whether it’s Brexit or Remain, the UK is in long-term economic decline”. South China Morning Post., mai. Disponível em: <<https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/2148052/whether-its-brexit-or-remain-uk-long-term-economic-decline>>. Acesso em 10 jul. 2018.

CAZARRÉ, Marieta. 2016. “Theresa May assume hoje cargo de primeira-ministra britânica no lugar de Cameron”. Agência Brasil, jul. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2016-07/theresa-may-deve-assumir-o-cargo-de-primeira-ministra-britanica-hoje>>. Acesso em 10 jul. 2018.

GREEN, David Allen. 2017. “The tale of the Brexit referendum question”. Financial Times, ago. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/b56b2b36-1835-37c6-8152-b175cf077ae8>> Acesso em 18 jul. 2018.

GUIMÓN, Pablo. 2015. “Conservadores obtêm maioria absoluta nas eleições britânicas”. El País, mai. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/08/internacional/1431057848\\_086644.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/08/internacional/1431057848_086644.html)>. Acesso em 15 jul. 2018.

HUBBARD, Chloe; CUMMING, Jason; JAMIESON, Alastair. 2017. “U.K. Election 2017: Theresa May’s Gamble Ends With Minority Government”. NBCNews, jun. Disponível em:

<<https://www.nbcnews.com/news/world/u-k-election-2017-exit-polls-show-potential-hung-parliament-n770066>>. Acesso em 10 jul. 2018.

HUNT, Alex; WHEELER, Brian. 2018. “BREXIT: All you need to know about the UK leaving the EU”. BBC, jul. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-32810887>>. Acesso em 10 jul. 2018.

IRLANDA. Department of Foreign Affairs and Trade. 1998. Good Friday Agreement. Disponível em: <<https://www.dfa.ie/media/dfa/alldfawebsitemedia/ourrolesandpolicies/northernireland/good-friday-agreement.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

MANSON, Rowena et al. 2016. “EU referendum to take place on 23 June, David Cameron confirms date”. The Guardian, fev. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/20/cameron-set-to-name-eu-referendum-date-after-cabinet-meeting>>. Acesso em 1 jul. 2018.

MEIRELES, Ana. 2017. “Negociação do Brexit começou com ‘o pé direito’ e presentes.” Diário de Notícias, jun. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/negociacao-do-brexite-comecou-com-o-pe-direito-e-presentes-8575409.html>>. Acesso em 21 jul. 2018.

MQUILLAN, Charles. 2018 “Brexit could jeopardize peace in Northern Ireland — and America is ignoring it.” Time, jun. Disponível em: <<http://time.com/5325315/peace-ireland-border-brexit/>>. Acesso em 17 jul. 2018.

RFI. 2018. “Irlanda do Norte: entenda o calcanhar de Aquiles do Brexit”. RFI, mar. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20180301-irlanda-do-norte-entenda-o-calcanhar-de-aquiles-do-brexit>>. Acesso em 10 jul. 2018.

REINO UNIDO. Decreto n. 36, de 17 de dez. de 2015. European Union Referendum Act. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/enacted>>. Acesso em 10 jul. 2018.

REINO UNIDO. Governo do Reino Unido. 2012. Agreement between the United Kingdom Government and the Scottish Government on a referendum on independence for Scotland. Disponível em: <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20130102230945/http://www.number10.gov.uk/wp-content/uploads/2012/10/Agreement-final-for-signing.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

REINO UNIDO. Governo do Reino Unido. 2014. Scottish independence referendum. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/topical-events/scottish-independence-referendum/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

REINO UNIDO. Governo do Reino Unido. 2018. Statement from HM government. Disponível em: <[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/723460/CHEQUERS\\_STATEMENT\\_-\\_FINAL.PDF](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/723460/CHEQUERS_STATEMENT_-_FINAL.PDF)> Acesso em 10 jul. 2018



REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010 – 2016: David Cameron). 2016. David Cameron's resignation speech. Disponível em: <<http://www.beersandpolitics.com/discursos/david-cameron/david-camersons-resignation-speech/1618>> Acesso em 10 jul. 2018.

REINO UNIDO. Primeiro-ministro (2010 – 2016: David Cameron). 2013. EU speech at Bloomberg. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>>. Acesso em 10 jul. 2018.

REUTERS. 2018. “Theresa May detalha plano para o Brexit com ênfase em área de livre comércio.” G1, jul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/theresa-may-detalha-plano-para-o-brexit-com-enfase-em-area-de-livre-comercio.ghtml>> Acesso em 13 jul. 2018.

RODRIGUES, José Rui; COSTA, Daniel Pessoa e. 2016. “Reino Unido referendou a CEE em 1975”. RTP, jun. Disponível em: <[http://www.rtp.pt/noticias/mundo/primeiro-referendo-da-historia-do-reino-unido-foi-em-1975\\_v928506](http://www.rtp.pt/noticias/mundo/primeiro-referendo-da-historia-do-reino-unido-foi-em-1975_v928506)> Acesso em 30 de junho de 2018

THE GUARDIAN. 2017. “UK election 2017: full results.” The Guardian, jun. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/ng-interactive/2017/jun/08/live-uk-election-results-in-full-2017>> Acesso em 15 jul. 2018

TRATADO de Lisboa. 2007. Artigo 50. Disponível em: <<http://www.lisbon-treaty.org/wcm/the-lisbon-treaty/treaty-on-European-union-and-comments/title-6-final-provisions/137-article-50.html>>. Acesso em 14 jul. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho Europeu. 2018. Brexit. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-uk-after-referendum/>>. Acesso em 19 jul. 2018a.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. 2018. Draft Withdrawal Agreement. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/draft\\_withdrawal\\_agreement.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/draft_withdrawal_agreement.pdf)> Acesso em: 3 ago. 2018b.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. 2018. European Commission and United Kingdom publish Joint Statement outlining further progress in Article 50 negotiations. Disponível em: <[http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-18-4217\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-4217_en.htm)> Acesso em 22 jul. 2018c.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. 2017. Terms of Reference for the Article 50 Treaty on European Union negotiations. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/commission/publications/terms-reference-article-50-treaty-european-union-negotiations\\_en](https://ec.europa.eu/commission/publications/terms-reference-article-50-treaty-european-union-negotiations_en)>. Acesso em 4 jul. 2018.